

POÉTICA, RETÓRICA, POLÍTICA E MEMÓRIA NOS EPITÁFIOS DO POETA PORTUGUÊS PÊRO DE ANDRADE CAMINHA

Eronildes Teixeira AMARAL¹

Marcello MOREIRA²

Resumo: Este trabalho objetiva discutir a relação entre epitáfio, monumento e memória na sociedade romana antiga e, também, no século XVI, no qual se efetua a produção dos epitáfios laudatórios de Pêro de Andrade Caminha, que instituíram o louvor dos homens ilustres que compunham o estamento aristocrático da monarquia portuguesa quinhentista. A poesia fúnebre produzida por Pêro de Andrade Caminha, no século XVI, vincula-se a uma tradição retórico-poética, que especifica os gêneros e as espécies discursivas, assim como os tipos de caracteres a serem representados por meio deles, representação essa reforçada pelas preceptivas, fomentando, desse modo, uma relação estreita entre poética, retórica, política e memória no Estado monárquico português. Os resultados de pesquisa aqui dados a público foram produzidos durante o desenvolvimento da dissertação no curso de mestrado Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Palavras-chave: Epitáfio. Memória. Retórica.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Pesquisadora do grupo Memória e Práticas Letradas no Império português: séculos XV-XIX. *nony6000@gmail.com* e *moreira.marcello@gmail.com*

2 Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP) e titular de Literatura Brasileira na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Neste artigo, discute-se a relação entre epitáfio e memória, no século XVI, a partir da análise de alguns epitáfios de Pêro de Andrade Caminha. Para tanto, apresentar-se-á uma sùmula das distintas formas (epigrafia, inscrições fùnebres) que esse gênero assumiu desde as sociedades antigas grega e latina, para, ulteriormente, tratar das relações entre memória e monumentalização, que, no caso dos epitáfios, se evidenciam na comemoração epidítica dos feitos dos homens ilustres, que compunham a monarquia portuguesa dos Quinhentos, cujos feitos são dignos de serem tornados memória poética pelo agenciamento de um *faber*, o Poeta.

O louvor fùnebre, ao comemorar as ações virtuosas, possibilita conjuntamente a evocação do passado e a sua contínua presentificação quando do ato de leitura ou de récita. Em sua etimologia, comemorar é um vocábulo derivado do latim *commemorare*, palavra ligada ao verbo *memorare*, que reporta a ação de lembrar ou trazer um fato à memória para celebrar. Observa-se que as inscrições romanas antigas também objetivavam o efeito comemorativo, e, portanto, público e social, o qual, conforme explicita Ricoeur (2007), não se restringe aos poemas de caráter fùnebre.

Por certo, não se devem limitar os atos de comemoração às celebrações religiosas e patrióticas; as louvações e as pompas fùnebres também são celebrações; eu diria que elas se desenvolveram no tempo dos parentes e amigos, a meio caminho entre a memória privada e a memória social; mas esse tempo dos parentes e amigos e o espaço que está ligado a ele – cemitério, monumento aos mortos –, recorta-se contra o fundo do espaço público e do tempo social. Todas as vezes que pronunciamos ou escrevemos a frase: “em memória de...”, inscrevemos o nome daqueles que trazemos à memória no grande livro da co-lembrança, que se inscreve, por sua vez, no tempo maior. (RICOEUR, 2007, p. 60. nota 42)

O intuito de compreender o tratamento do epitáfio como um meio de comemoração dos feitos dos nobres pressupõe a apreensão da ligação entre monumento e escritura que se faz presente desde os registros epigráficos

do Alto Império romano. No conjunto das inscrições romanas, os epítáfios enquadram-se no âmbito privado, e, dessa maneira, estão submetidos às relações de poder, na medida em que o hábito epigráfico não era acessível a toda a população. Destarte, a proliferação das escrituras no período da República romana revela, ainda que de modo limitado, nas atuações políticas, comerciais ou das aristocracias, um caráter representativo ou monumental próprio, posto que as mesmas eram gravadas em pedra ou em bronze. Conforme evidenciam os estudos de Williamson:

O bronze e a pedra não são limitados à exibição do texto, mas permitem a sua conservação e sua imortalização. Mas, a decisão de inscrever um texto ia além do mero desejo conservacionista ou arquivístico. Por isso, predominam em sua escritura a monumentalização política e simbólica dos espaços públicos frente à acessibilidade e facilidade de leitura dos textos. (WILLIAMSON, 1987³ apud PRATS, 2002, p. 17, tradução livre)⁴

No texto supracitado, o destaque não é tão somente dado ao texto, já que os contextos arquitetônico e escultórico nos quais são dispostas as palavras completam a representação monumental que integra o espaço da cidade. Além disso, depreende-se que a imortalização pode direcionar-se ao texto que se configura no suporte material como também à figura que se faz representada nas letras. Na perspectiva que aqui se delineia, o efeito de perenização própria das escritas epigráficas advém, por conseguinte, do material que lhe dá suporte e do espaço onde se localiza tal estrutura, proporcionando, em certa medida, já que se dá publicidade aos três elementos, o reconhecimento simbólico e político desse exercício, que na sua efetivação e leitura possibilita, outrossim, a garantia de prestígio dos que tinham os nomes ali inscritos.

3 WILLIAMSON, C. Monuments of Bronze: Roman Legal Documents on Bronze. *Tablets*, “*Classical Antiquity*”, 6, 1987, p. 160-218.

4 No original: “[...] el bronce y la piedra no se limitan a mostrar el texto, sino permiten su conservación, su inmortalización incluso. Pero la decisión de inscribir un texto iba más allá del mero afán conservacionista o archivero. Por eso predominan en su escritura la monumentalización política e simbólica de los espacios públicos frente a la accesibilidad y la facilidad de lectura de los textos”.

No estudo empreendido por Philippe Ariés sobre a morte e os rituais fúnebres, retoma-se a importância dos fragmentos epigráficos romanos para os estudos mais recentes, corroborando a ideia de que o túmulo, além da indicação do local do culto funerário, também tinha a finalidade de avivar a lembrança do defunto nas gerações futuras.

Daí o seu nome de *monumentum*, de *memória*: o túmulo é um memorial. A sobrevivência do morto não devia apenas ser assegurada no plano escatológico por oferendas e sacrifícios; dependia também do renome que era mantido na terra, fosse pelo túmulo com os seus *signa*, e suas inscrições, fosse pelo elogio dos escrivães. (ARIÉS, 1981, p. 218)

Evidencia-se, desse modo, que a comemoração do ser pressupõe condições prévias, como o renome que se manteve na terra, até mesmo porque o elogio fúnebre é subsequente às qualidades cultivadas em vida.

O desejo dos mais pobres e escravos de escaparem do anonimato e, portanto, da “morte definitiva”, daquela que equivale ao esquecimento, foi alimentado por um longo período, sem, no entanto, ser atendido; a maioria deles foi privada de caixão e túmulos comemorativos e poucos tiveram seus nomes inscritos em suportes materiais associados a inscrições votivas. A cultura das inscrições começou a desaparecer a partir do século V, e a antiga relação entre a imortalidade celeste e terrestre persiste exclusivamente no caso de personalidades veneradas pelo público, como reis e santos, por exemplo, restringindo-se, dessa maneira, à inscrição das lembranças dos que se foram. É interessante argumentar que a comemoração dos defuntos não desapareceu de forma abrupta.

O percurso da propagação das inscrições epigráficas é relevante para a compreensão da relação entre monumento e memória, já que a escritura de palavras ou textos que visavam a preservar a memória de personagens que detinham admiração pública faz-se presente desde as civilizações mais

antigas. Conforme elenca Marucchi (1974), os túmulos eram considerados monumentos sagrados e invioláveis, tanto que em alguns encontravam-se inscrições destinadas a proteger o monumento sepulcral de palavras de bruxaria, ou contra profanação nos rituais performados frente aos monumentos em ocasiões de aniversário, por exemplo. Nas palavras de Marucchi:

Às vezes, encontramos em inscrições funerárias ameaças contra aqueles que profanam o túmulo. Túmulos eram, pela lei romana, sagrados e invioláveis. Era suficiente que o cadáver tivesse sido depositado em um espaço desse tipo para torná-lo um *locus* religioso “consagrado”. (MARUCCHI, 1974, p. 27, tradução livre)⁵

Conforme evidenciam as palavras do historiador, as próprias inscrições funcionavam como admoestação contra aqueles que transgrediam a sacralidade do local, desconsiderando o *locus* religioso em que ele se constituía. Além de ser o espaço sagrado no qual se depositava o corpo, era também ali e nas casas próximas que os cristãos se reuniam para celebrar festas de amor fraterno ou outras cerimônias religiosas, as quais tinham em vista a conservação da memória do morto. Marucchi cita como exemplo um antigo cemitério de Domitilla, onde eram celebradas essas comemorações, nas quais “os cristãos celebravam em memória do morto, para manter vivos os sentimentos de sua afeição mútua (MARUCCHI, 1974, p. 31, tradução livre).⁶

A epigrafia está intrinsecamente vinculada às relações políticas, sociais e de poder no Império Romano, já que as inscrições buscam perpetuar uma mensagem e a lembrança de determinados indivíduos na comunidade. A despeito de a epigrafia ser mais praticada por grupos dominantes e menos numerosos, não deixou de ser uma prática entre pessoas mais modestas que ansiavam ter,

5 No original: “We sometimes find on funerary inscriptions threats of penalties against those who profane the tomb. Tombs were by Roman law sacred and inviolable. It was enough that a corpse had been laid in a place to make it ‘consecrated’, *locus religiosus*”.

6 No original: “[...] the Christians held in memory of the dead, to keep alive their feelings of mutual affection”.

por exemplo, um epitáfio que perpetuasse sua memória. O acesso à prática epigráfica denota as relações de poder e acaba por ser uma ferramenta de demonstração do mesmo, pois constitui uma representação do prestígio da sociedade letrada. A análise dessa informação permite entrever que a inscrição imbuí-se de significado simbólico-político, sobretudo, no que alude às representações dos grupos dominantes e do Estado. Ademais, o aspecto literário dos epitáfios e inscrições funerárias, que lhes concede prestígio, também está ligado à estrutura de dominância, uma vez que as classes altas latinas também são letradas e manejam com excelência a língua, principalmente os conhecimentos gramaticais e retóricos. Esses aspectos delineiam-se sinteticamente nas palavras de Cavallo, citado por Prats:

O uso pleno da escrita é restrito à alta aristocracia, a partir do qual surgem os únicos letrados, os totalmente alfabetizados, com conhecimento de gramática e retórica, os autênticos leitores de livros e os únicos capazes de frequentar e, especialmente, criar bibliotecas. (CAVALLO, 1983, p. 178⁷ apud PRATS, 2002, p. 18, tradução livre)⁸

A partir do esboço que aqui se desenha, nota-se que a prática epigráfica, não empreendida exclusivamente pelas classes superiores, se dá em vários níveis hierárquicos, especialmente, nos mais dominantes, que, de certo modo, controlavam a efetuação do exercício supracitado. O interessante é perceber que em todos eles há um objetivo comum de demonstrar poder ou prestígio social. “A vontade de comemoração estende-se então dos grandes personagens ao comum dos mortais” (ARIÈS, 1981, p. 231). Contudo, nos grupos considerados inferiores, o intuito primordial, muitas vezes, não era o cuidado com a memória, mas a obtenção de *status*. Conforme esquematiza Prats:

7 CAVALLO, Guglielmo. *Libri scritte scribi a Ercolano*. Primo supplemento a *Cronache Ercolanesi* 13. Napoli: Macchiaroli, 1983. p. 178.

8 No original: “El uso pleno de la escritura restringe-se a la alta aristocracia, de la que surgen los únicos *litterati*, los plenamente alfabetizados, los conoedores de la gramática y la retórica, los autênticos lectores de libros y los únicos capaces de frecuentar y, sobre todo, crear las bibliotecas”.

A epigrafia poderia definir-se como o nexu que se estabelece entre um nome individual e um ato público, seja ele, por exemplo, a representação visível do epitáfio sobre um túmulo, seja o cumprimento de um voto a uma divindade. A epigrafia latina é, em última análise, a glorificação de um nome no quadro geral das relações de poder. (PRATS, 2002, p. 22, tradução livre)⁹.

Essa autoexaltação por meio da escrita traduz-se na vontade de comemoração, no desejo de memória que perpassa a mentalidade das sociedades mais antigas, e que resulta, por conseguinte, em uma pretensão de poder, à qual aspiram até mesmo as autoridades da Igreja. São exemplos desse caso as inscrições funerárias direcionadas aos papas dos séculos III ao X, como a que se dedica a São Gregório o Grande.¹⁰ Nesta e nas demais, comemorar significa solenizar para recordar, para trazer à memória as virtudes ou a lembrança de alguém, para celebrar o nascimento ou a morte de figuras de destaque, constituindo, desse modo, uma cerimônia, um ritual, que, na opinião de Ricoeur, alicerçado em Cassey, alia-se ao sentido de evocação:

[...] reatualização, eventos fundadores apoiados pelo “chamado” a lembrar-se que atualiza a cerimônia – comemorar, observa Cassey, é solenizar tomando seriamente o passado e celebrando-o em cerimônias apropriadas. (CASEY apud ¹¹ RICOEUR, 2007, p. 60. nota 41)

9 No original: “[...] la epigrafia podría definirse como el nexu de unión del nombre individual a un acto público, ya sea la representación visible en el epitafio de una tumba, ya sea el cumplimiento de un voto a una divinidad. La epigrafia latina es, en último término, el ensalzamiento de un nombre en el marco general de las relaciones de poder”.

10 Philippe Ariès, no livro *O Homem Diante da Morte*, expõe a inscrição funerária em latim, seguida da tradução, dedicada a São Gregório o Grande. Nela está escrito assim: “Recebe, oh Terra, este corpo tirado do teu corpo / Que deverás restituir, quando Deus o fizer reviver./ Sua alma ganha os astros [o céu], a morte nada pode contra / Aquele para quem a morte dessa vida é a verdadeira vida. / Neste sepulcro está encerrado o corpo do Soberano Pontífice./ Que por seus inumeráveis benefícios vive sempre e por toda a parte” (1981, p. 226).

11 CASEY, Edward. *Remembering*. 2nd Ed. Bloomington: Indiana University Press, 2000. p. 223.

Os túmulos comemorativos adquirem um papel relevante e, consoante adverte Ariès (1981), muitos deles até foram refeitos por terem se deteriorado com o transcorrer do tempo. O autor supracitado ainda acrescenta que, “com ou sem inscrições, com ou sem efígies, os túmulos que se mantiveram até a alta Idade Média respondem, portanto, a uma preocupação de fazer memória” (ARIÈS, 1981, p. 228). Esse “fazer memória”, por seu turno, não desvincula a imortalidade terrena daquela que se deseja no céu, pelo contrário, unifica a crença escatológica ao anseio de comemoração, posto que, antes de morrer, são construídos planos de como tornar o nome memorável por um tempo extenso. Vale lembrar, também, que há uma ligação entre o poder régio e o poder divino sedimentados pelo “corpo político” no Medievo.

A escrita é, então, um instrumento que possibilita o que Ariès (1981) intitula de “glória durável”, pois o que substancializa a oração “vive sempre em toda parte” do epitáfio de São Gregório, o Grande, é justamente o caráter permanente e duradouro da inscrição, que, ao ser lida, atualiza e reatualiza a memória do eclesiástico, funcionando como testemunho da sua existência para as gerações futuras, fazendo com que sua glória seja permanente tanto quanto a escrita o é.

A estabilidade da fama remete-nos ao conhecido *topos* da perenidade da poesia afirmado por Horácio e resumido no verso *exegi monumentum aere perennius* (“Concluí um monumento mais perene que o bronze”), o qual é muito antigo, já que o *vate* tinha como fim crucial imortalizar o conteúdo do seu canto. A poesia torna-se um monumento seguro, tal como o mármore e a escultura; na verdade, ela ainda é superior a essas estruturas, se considerarmos que resiste muito mais aos efeitos corrosivos do tempo. A poesia quinhentista e a seiscentista resultam do trabalho encomendado e remunerado em alguma medida, “o atributo por excelência encarecedor do produto do poeta seria sua virtude de preservar a memória dos comitentes, e preservá-la ainda mais do que o mármore dos monumentos seria capaz” (ACHCAR, 1994, p. 160). Nessa

perspectiva, por meio do discurso poético, os reis fazem compor e gravar na pedra anais dos seus feitos “que nos levam à fronteira onde a memória se torna ‘história’” (LE GOFF, 2003, p. 430).

Inscrições fúnebres e memória no século XVI

Partiremos agora para uma exposição mais detida sobre o epitáfio, um tipo de estilo epigráfico, que, a partir do século XIV, imita a Antiguidade. Em seu estudo, Ariès comenta que os epitáfios medievais identificam a necessidade de afirmar uma identidade na morte, e, no que concerne a esse tipo de poema, com o passar dos séculos, passou-se “do silêncio anônimo a uma retórica biográfica [...], da breve nota do estado civil à história de uma vida, de uma discreta constatação de uma identidade à expressão de uma solidariedade familiar” (1981, p. 232).

Do XV ao XVII, também ao túmulo era imputada uma atribuição de garantir à posteridade as lembranças dos feitos memoráveis do morto. Tal concepção corrobora-se na expressão recorrente “à eterna memória de” (ARIÈS, 1981, p. 245), bem como ao termo *monumentum*, ambos alusivos à epigrafia funerária romana. Essas expressões assumem um caráter “biográfico”, ao individualizarem a lembrança de uma vida e seus atos (ARIÈS, 1981, p. 245). Ao visar à imortalidade terrena, sem deixar de referir a imortalidade celeste, preconizada pela Igreja, os epitáfios perpetuam a memória de homens e de suas famílias.

O tema da eternidade da poesia emerge na literatura latina em epitáfios atribuídos a Nêvio, Plauto, Pacúvio. Citando Woodman, que, ao tratar do sentido funerário do *monumentum*, alude à tríade de características para o poema – epitáfio, epílogo e prece –, preconizando, então, uma nova imagem e um novo contexto nos quais se aplica a ideia de imortalidade. Achcar atesta que ambos – imagem e contexto – não são inéditos, pois a assertiva da poesia

como *monumentum* é romana, e o tema é um lugar-comum antiquíssimo que permanece reiterado em Propércio, Ovídio, Sêneca. Quanto à definição do latim *monumentum*, significava “um monumento qualquer em pedra e bronze, uma obra literária, em prosa ou em verso, na materialidade de sua redação escrita” (ACHCAR, 1994, p. 163). Figura-se, então, uma relação entre poesia e memória desde os antigos, especialmente em Horácio, na composição do verso resistente ao tempo. “O caráter imperecedouro da poesia e a associação entre reis e poetas são narrados em quase todas as poéticas e retóricas quinhentistas” (MOREIRA, 2006, p. 104).

Dedicar-nos-emos a uma breve explanação sobre os epitáfios do poeta português Pêro de Andrade Caminha, natural do Porto, que toma como exemplo de poeta em sua época Antônio Ferreira, por igualar em mérito aos antigos. A filóloga portuguesa Vanda Anastácio editou os poemas compostos por Caminha, de diversos gêneros, como odes, éclogas, epitalâmios, elegias, epitáfios, edição essa que utilizaremos aqui. Ao tecer considerações sobre o epitáfio, ela argumenta que essa composição associa-se à homenagem prestada aos mortos, e, desde a Antiguidade, a mesma assume características distintas. Nas suas palavras:

[...] sob a mesma designação agrupam-se, por exemplo, realidades tão díspares como a inscrição tumular ou o elogio fúnebre, e a amplitude das fronteiras formais do gênero constitui mesmo uma das características da sua definição. (ANASTÁCIO, 1998, p. 207).

Essa proposição nos leva a afirmar que o epitáfio não segue um modelo fixo, embora sua escritura revele a observância de um corpo doutrinal derivado de modelos antigos, a *arché* do gênero, como são as composições de origem produzidas por Macial (c.40-c.104), por Ausônio (c.309-315), por Ageriano (finais do século XV-meados do século XVI) e as poesias da *Antologia Grega*.

Além disso, como descrito nos primeiros tópicos, e como se pode visualizar nos poemas de Pêro de Andrade Caminha, o epitáfio se limita a uma estrofe curta, tratando o assunto de forma epigramática. Além desse atributo, assim como as antigas inscrições fúnebres, o epitáfio consiste em uma evocação a quem passa. No exíguo espaço em que se apresenta a temática, são dispostos os *topoi* ou lugares-comuns preconizados pelos antigos e elencados na *Antologia Grega*. Então, é comum aparecer nesse gênero a demonstração de oposição entre:

[...] a exiguidade do túmulo e a grandeza do defunto, o seu elogio em termos panegíricos, as referências à glória alcançada através de feitos militares, a construção do poema sobre a forma de diálogo com o morto, os protestos de amizade ou de amor eternos aos desaparecidos, a apresentação do texto como um enigma. (ANASTÁCIO, 1998, p. 208).

Esse ponto de vista conduz à afirmação de que o domínio retórico-poético de construção dos epitáfios supõe uma “operação particular de recursos de gênero historicamente disponíveis, capazes de produzir certos efeitos de reflexo e representação” (PÉCORA, 2001, p. 13). Consoante explicita Bartholomeo Alcaçar: “a oração fúnebre é aquela que se costuma tecer em louvor de homem defunto” (1750, p. 64).

Alguns dos preceitos contidos na *Rethorica ad Herennium* são retomados no tratado de retórica epidítica de Bartholomeo Alcaçar, no qual ele prescreve argumentos para cada tipo específico de discurso laudatório, obedecendo a uma ordem de ideias, que devem ser “achadas” pelo orador ou poeta, como as que aparecem na oração fúnebre.

Assim, um dos modelos que permite a intelecção do epitáfio é proposto pelo tratado de retórica epidítica de Bartholomeo Alcaçar, no qual ele elenca uma série de lugares-comuns que caracterizam a oração fúnebre, com cujos preceitos também se escrevem os epitáfios, cuja função também é, nesse

caso, louvar o ilustre defunto. Ele a divide em exórdio, confirmação e peroração. O primeiro subdivide-se em vários tópicos em que se enumeram os diferentes elementos da construção do exórdio. Assim, ele é empreendido por meio de exclamação, salientando a efemeridade da vida, a mudança de fortuna ou calamidades que ameaçam os homens; ou mediante a queixa contra a morte, que levou homem tão amado. Deve-se, ainda, lamentar as esperanças vãs dos mortais, recorrendo a discursos que tematizam a certeza da morte. Além disso, relata que os que pelo defunto não choram é porque são de ferro. Declara-se, no exórdio, a dignidade e poder do morto, recomendando-se em relação à ocasião o sentimento de comiseração e indignação e lembrando alguns sonhos e prodígios que anunciaram a sua morte.

Quanto à confirmação, Alcaçar afirma que esta se institui de três maneiras. A primeira consiste em louvar “o defunto pela nobreza dos antepassados, pelas obras dos pais, pelos merecimentos e façanhas para com a pátria, Igreja” (ALCAÇAR, 1750, p. 66); com vistas a suscitar a dor e a falta cruel por se ter perdido ser tão virtuoso; quanto mais se enumeram suas virtudes, mais intensa é a falta que ele faz, exigindo cautela porque não devem ser ditas palavras que causam alegria em uma ocasião digna de tristeza. A segunda, por seu turno, consiste na declaração de que o ilustre viveu muito e quando vivo fez grandiosas obras, nada mais havendo para ele alcançar; as honras a ele direcionadas devem obedecer a uma sequência; principia-se tratando o gênero de morte, salientando que morreu lutando em favor da pátria. Por último, fala-se das várias pessoas que o varão representou na fugaz vida, visto que foi um audacioso soldado, “pelejando pela pátria ou Religião; outras vezes agiu como político Mestre, cheio de toda a prudência, e conselho moral; outras, como Príncipe ou Rei, regendo sapientissimamente os súditos” (ALCAÇAR, 1750, p. 66).

Conforme postula Alcaçar (1750), os afetos que se fazem presentes nesse tipo de oração são os mais graves, como o amor, a dor e a comiseração.

Além disso, podem-se abordar as queixas e a aflição dos amigos, da pátria, da igreja, do reino, caso viesse à morte o grande varão em luta por seu soberano.

A última parte de que se compõe a oração fúnebre é a Peroração. Nesta, far-se-ão os votos ao defunto, de maneira a desejar-lhe felicidade eterna e memória para com os vindouros. Objetiva-se o consolo dos parentes e amigos, lembrando a necessidade de morrer depois de se ter vivido retamente, cheio de méritos alcançados frente à república e à Igreja, com o consolo da certeza de uma memória do defunto que permanecerá e que trará felicidade aos seus descendentes, morte essa que ensinará outros a viver com dignidade e a sofrer pacientemente a morte dos parentes (ALCAÇAR, 1750, p. 67).

Tais divisões retóricas demonstram claramente que o morto ilustre está amparado por instituições política, sociais e religiosas, que vinculam seus feitos ao Bem comum da pátria, da Igreja e aos valores familiares e linhagísticos, que são passados de geração em geração, de forma a garantir a perpetuidade desses feitos por meio das letras. Além disso, nota-se como a oração fúnebre estabelece um ritual comum de tratar a morte dos grandes, elogiando suas virtudes e seu caráter de tal forma que os tornam exemplos para os que assumirão a sua função, reforçando a necessidade de que sejam tão bons quanto aquele que faleceu. Portanto, poesia laudatória não se dissocia de política em Portugal nos séculos XVI e XVII.

Pêro de Andrade Caminha, na composição dos seus poemas, dispõe alguns desses preceitos, visando a alcançar proteção e patrocínio dos entes do morto ou daqueles que herdaram a sua posição; assim, o discurso laudatório “transfere parte do capital simbólico do encomiado para o discurso poético”, pois a excelência do defunto é também condição da excelência da poesia que dele trata e, sobretudo, de seu *ethos* (MOREIRA, 2006, p. 144). Essa transferência só é possível por meio da escrita, que institui um louvor contra “o esquecimento”, ao tempo em que o poeta, ao produzir do defunto, pelo agenciamento da escritura, uma memória duradoura, produz igualmente para si essa

mesma memória, porque seu nome não se dissocia da palavra perenizadora (MOREIRA, 2005, p. 77). Ademais, conforme Hansen, o “elogio da cabeça mandante” resulta no favorecimento de quem o faz. O poeta memoriza o saber, na medida em que conhece o modelo e promove a si como *auctoritas*, ao fundamentar-se na autoridade dos “melhores” (HANSEN, 1999, p. 36).

Dado o exposto, depreende-se que o fenômeno mnemônico e a técnica retórico-poética da memória, na sociedade letrada de Portugal, estão imbricados com o poder, evidente na própria linguagem poética mediante “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação (violência simbólica)” (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Pêro de Andrade Caminha escreveu poemas fúnebres dedicados à família do rei D. Manuel I (esposa, filhos e netos). D. Manuel I de Portugal morreu em 1521, e seu filho, Dom João III, morre em 1557. Ambos foram encomiados nos poemas de Caminha.

Partamos agora para a análise dos poemas propriamente ditos, com o intento de visualizar como determinados lugares-comuns apontam para o caráter prescritivo do escrito, objeto deste estudo. Antes, porém, reproduzimos-los-emos por completo, para depois analisá-los:

A El Rei Dom Manuel

Esta pequena pedra encobre e encerra
 O grão Rei MANOEL amor do povo.
 Que dilatou seu nome em toda terra,
 E descubrio ò mundo um mundo novo.
 Felice em paz, sempre Felice em guerra
 Que nunca a seu intento achou estorvo.
 Governou santamente no Ocidente
 Donde venceo, e deo leis ò Oriente.

A El Rei Dom João Terceiro

Aqui jaz o grão Rei, João Terceiro,
Filho de Manoel, e de Maria:
Que justamente o nome de primeiro
Entre muitos Reis grandes ter devia.
Rei Justo, pai clemente e verdadeiro
De seu povo que o amava e que o temia.
Aqui jaz, e daqui o mundo inda espanta,
Por ele o mundo chora, e dele canta.

Os epitáfios aqui expostos apresentam oito versos, porém, isso não constitui uma regra absoluta, pois autores como Sá de Miranda e Antônio Ferreira variaram entre 8 e 11 a quantidade de versos. No primeiro verso com que principia o poema, “esta pequena pedra encobre e encerra”, já se evidencia um dos lugares-comuns enumerados por Anastácio, que é a contraposição entre a pequenez do túmulo e a imponência do defunto, pois a pedra pequena encobre um grão rei, cujo nome o poeta escreve em maiúsculo, para acentuar sua notoriedade, de modo que, embora seja pequena a pedra, ela agiganta-se pelo nome do monarca nela inscrito, em capitais, porque capital era o morto, caput da Monarquia. Acrescenta-se a este primeiro verso, nos subsequentes, o referir as virtudes reais, e, também, as ações gloriosas do morto: “Que dilatou seu nome em toda terra, / E descobrio ò mundo um mundo novo”. O mundo novo de que fala Caminha não se restringe ao Novo Mundo americano, embora essa ênfase não possa ser desprezada. O mundo novo de que se fala é também aquele de África e de Ásia, que se passou a conhecer cada vez melhor com as crescentes entradas portuguesas no Velho Mundo com o objetivo de mercadejar e de comerciar escravos. Não se pode esquecer que foi durante os reinados de Dom Manuel, e, depois, de Dom João III, que Portugal, com a expansão mercantil, uniu as partes do mundo que até então se encontravam se-

paradas umas das outras; é um *totus orbis* o que os reis portugueses produzem com a expansão ultramarina e é isso que referem os epitáfios aqui sob análise. A expansão do reino é causa da conseqüente fama do rei, que atoa por todo o mundo por ele descoberto, devassado e unido, fala essa implícita na expressão “dilatou seu nome”. Além disso, ao rei Dom Manuel foram atribuídos os adjetivos *O Venturoso*, *O Bem-Aventurado* ou *O Afortunado*. Tais qualidades ratificam sobremaneira as inclinações ou aptidões memoráveis do encomiado, e o ampliar de suas virtudes produz, consoante Alcaçar, uma imensa falta no povo que o ama. Como explicitam esses versos do poema, porque D. Manuel, em suas explorações, acabou encontrando o caminho marítimo para Índia e para outras regiões, como o Brasil e as “ilhas das especiarias”, as Molucas, foi venturosíssimo e afortunadíssimo. O seu espírito colonizador levou, desse modo, o poeta a descrevê-lo no epitáfio: “Felice em paz, sempre Felice em guerra / Governou santamente no Ocidente / Donde venceo, e deo leis ò Oriente”, atualizando, também, o lugar alusivo à glória proveniente de feitos militares, em que sobressai o domínio ocidental da “cabeça da Europa”, ou seja, de Portugal, sobre todo o Oriente. Como visto na confirmação da oração fúnebre, no tratamento do gênero de morte, o ser sobre o qual se tece o encômio morreu lutando em benefício de sua pátria, e, enquanto soldado idôneo, governou prudentemente ou “santamente” no Ocidente e como político mestre “deo leis ò Oriente”. O poema ratifica o quão ditoso era o rei Dom Manuel, posto que, “Felice em paz, sempre Felice em guerra”, pelejou e, assim, independente das circunstâncias de paz ou guerra, mostrava-se exultante, de tal maneira “que nunca a seu intento achou estorvo”, isto é, os impedimentos não se substantificavam no caminho percorrido pelo rei destemido, cujo nome se fez conhecer em toda a terra.

Buescu, no texto intitulado “Morte e Memória de D. Manuel”, do livro *Memória e Poder: Ensaio de História Cultural* (século XV-XVII), relata que a morte de um rei consiste em uma manifestação de poder da realeza, o

que a torna um objeto historiográfico fundamental. A cerimônia em si é um ato de ritualização minuciosa, seja no momento da morte, seja no caso da transladação dos restos mortais do monarca falecido para um túmulo novo. “Esse cerimonial atua agora num duplo sentido, já que constitui a celebração da memória do *rei que foi* pela manifestação solene e visível do *rei que é*” (BUESCU, 2000, p. 87).

Quanto ao segundo poema, nota-se a referência à figura do rei Dom João III, “Filho de Manoel, e de Maria”, mencionando um lugar abordado por Cícero, que é o de discriminar a genealogia a que o monarca pertence, de forma a enaltecê-lo, posto que, assim como grandiosos foram os familiares que o precederam, assim também ele o é. A primeira norma da confirmação preconizada por Alcaçar é louvar o defunto pela nobreza dos antepassados, visto que as obras e façanhas dos pais para com a pátria e Igreja reverberam naturalmente nos nobres descendentes e, então, pelo valor dos pais que bem instruíram o seu sucessor, por conseguinte, suscitam-se virtudes profícuas neste último. O poeta ainda elogia o morto, declarando que ele merecia o nome de primeiro entre muitos reis e não o de terceiro, pois, além de ser um pai clemente, adjetivo que sintetiza várias qualidades, tais como benévolo, caridoso, humano, misericordioso, patriarcal e piedoso, também é muito justo e benevolente com o povo “Que o amava e que o temia” e também lamenta a sua falta na ocasião de sua morte. Destarte, após enumerar as qualidades de que usufrui o encomiado, salientam-se, uma vez mais, as lágrimas e dor sentidas com sua ausência. Os adjetivos positivos aqui delimitados sedimentam as “qualidades invejáveis” de que fala Aristóteles. Essas qualidades, por seu turno, ampliam-se ao nível dos bens internos que, segundo Aristóteles, “são os da alma e os do corpo” (ARISTÓTELES, 2005, 1360b). Nesse epitáfio, como visto, ressaltam-se, sobretudo, as virtudes do ânimo, como ser verdadeiro e possuir clemência enquanto autoridade paterna. Enumerar e qualificar tais atributos no momento da morte consiste em meios de afirmar a falta que fará

Dom João, que, com suas várias e raras qualidades, suscita e é merecedor de dor e lágrimas dos que presenciam o seu fim. Nesse epitáfio, assim como na oração fúnebre, há uma exposição de afetos graves, como o amor devotado ao ilustre, a dor e a comiseração frente a sua ausência. As queixas devido à perda do soberano não são sentidas exclusivamente por familiares, mas por todos: amigos, pátria, Igreja e reino. Tal demonstração pública de afeto é outro lugar-comum, e traduz-se nos protestos de amizade e de amor eternos pelo *rei que foi* e ainda o é, por não haver sido esquecido, e mesmo depois “o mundo inda espanta/ Por ele o mundo chora, e dele canta”. Esse ritual de comiseração também remete a uma prática antiga relativa à morte régia,

[...] prática que, articulando-se de algum modo com a concepção da morte do soberano como acontecimento violento e perturbador da ordem natural, se inscreve na importância que as lamentações tinham, na época medieval, no conjunto dos costumes funerários peninsulares. (BUESCU, 2000, p. 89).

Nota-se, na análise dos epitáfios, que a descrição dos varões ilustres é empreendida a partir do emprego de lugares-comuns relacionados ao gênero epidítico, visto que o elogio, conforme está explícito na *Retórica a Herênio*, pode ser direcionado às coisas externas, ao corpo e ao ânimo. As primeiras dizem respeito às obras do acaso ou da fortuna; quanto ao corpo, pode-se tratar de atribuições vantajosas ou desvantajosas, e ao ânimo respeitam as coisas que permitem a deliberação e a reflexão, tais como prudência, justiça, coragem, modéstia, entre outros (ANÔNIMO, 2005, p. 161). Dessa maneira, verifica-se uma série de classificações das virtudes que devem ser sequenciadas de modo a tornar digna a memória do morto.

Dessa forma, os epitáfios, dispostos em lápides ou não, são enunciados que visam a tornar pública a lembrança do defunto, amenizando os efeitos destrutivos do tempo, ao tempo em que evitam o seu anonimato pelas gerações futuras, constituindo, dessa maneira, um *monumentum* que perpetua a

memória ilustre, na medida em que celebra os feitos das *personae* nobres, componentes privilegiados hierarquicamente da sociedade estamental do Estado monárquico português.

Os epitáfios quinhentistas de Pêro de Andrade Caminha destinam-se ao encômio das *personae* ilustres, por meio da disposição regrada dos feitos ou ações dignas de se transformarem em memória; desse modo, “os feitos são condição para uma memória por meio de escritos” (MOREIRA, 2005, p. 79). As composições fúnebres apresentam um aspecto heroico, uma vez que se associam aos padrões hierárquicos estabelecidos.

Destarte, há uma mútua relação que permite a estabilidade da memória, da poesia que a difunde, do poder que as consolida, o qual também é consolidado por elas, já que “a memória a ser construída, [...] não pode ser separada, por conseguinte, do monumento codicológico, que organiza a produção poética atribuída ao poeta e que, ao fazê-lo, preserva-a”, e, também, de todos os outros tipos de suporte, de materiais, que efetuam socialmente a mensagem poética por meio de práticas de inscrição (MOREIRA, 2005, p. 83-84).

Morte, memória, poder e poesia se entrelaçam, firmando e afirmando uma estrutura hierárquica entendida como ideal na sociedade portuguesa.

Portanto, o epitáfio, ao referir os feitos e caráter do defunto, perpetua sua lembrança de forma que a imortalidade do céu apregoada pelos católicos seja equiparada à que se deseja manter na terra por meio do monumento comemorativo.

A poesia do poeta, cujos epitáfios foram escrutinados, tem, portanto, uma finalidade didática e moralizante, já que por meio do *memento mori* ensina que uma vida bem vivida, principalmente, conforme a vontade da doutrina cristã, culmina, por conseguinte, em uma boa morte. Esta, como um acontecimento social-político, publicitava a glória, a riqueza e o poder das famílias nobres. Portanto, é impossível separar teologia, memória (técnica e social), política e poesia nas práticas letradas da sociedade monárquica à qual pertenceu Pêro de Andrade Caminha.

AMARAL, Eronildes Teixeira; MOREIRA, Marcello. Poetic, Rhetoric, Politics in Pero de Andrade Caminha's Portuguese Epitaphs. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 51-72, 2014.

ABSTRACT: *This paper aims at demonstrating the connection between epitaph, monument and memory in ancient Roman society and in the Sixteenth-Century, when Pero de Andrade Caminha wrote his poem with the objective of promoting the praise of illustrious people of the Portuguese monarchy. The funeral poetry composed by Pero de Andrade Caminha, in the Sixteenth Century, are linked to a rhetorical-poetic tradition that specifies the genera and the species of laudatory discourses and it is appropriate to assert that his poems were composed by the adoption of precepts whose origin are the poetic and rhetorical treatises. It is necessary to state here that funerary poetry links rhetoric and poetics to politics and memory in the Portuguese monarchic State. The discussions here presented were motivated by my belonging as a graduate student to the graduate program Memory: Language and Society at the State University of Southwest Bahia – UESB.*

KEYWORDS: *Epitaph. Memory. Rhetoric.*

Referências

ACHCAR, Francisco. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

ALÇAÇAR, Bartholomeo. DAS ESPECIES/INVENÇAM, E DISPOSIÇAM/DAS ORAÇENS./ QUE PERTENCEM AO GENERO/EXORNATIVO”. Lisboa: Manoel Coelho Amado, 1750. p. 42-74.

ANASTÁCIO, Vanda M. Coutinho Garrido. **Visões de Glória**. Uma Introdução à Poesia de Pero Andrade Caminha. Porto: Calouste Gulbenkian, 1998.

ANÔNIMO. **Rethorica a Herênio**. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. v. 1. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Branca Vilallonga (Departamento Editorial da INCM), 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BUESCU, Ana Isabel. **Memória e Poder** (Ensaios de História Cultural - séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

HANSEN, João Adolfo. Razão de Estado. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARUCCHI, Orazio. General Characteristics of Ancient Roman Inscriptions. In: _____. **Christian Epigraphy: an elementary treatise with a collection of ancient Christian inscriptions mainly of roman origin**. Tradução de J. Armine Willis. Ares Publishers Inc.: Chicago, 1974. p. 01-34.

MOREIRA, Marcello. As armas e os barões assinalados: Poesia Laudatória e Política em Camões. **Revista Camoniana**, Bauru (SP), Edusc, v. 17, 3^a série, p. 77-104, 2005.

_____. Ad Parnasum – Expansão, Colonização e Empresa Civilizatória Lusa em Música do Parnasso. **Revista USP**, São Paulo, Seção Textos, n. 70, p. 141-151, jun.-ago., 2006.

PÉCORRA, Alcir. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001.

PRATS, Inés Sastre. Epigrafía y Formaciones Sociales en el Noroeste Romano. In: _____. **Onomástica Y Relaciones Políticas en la Epigrafía del Conventus Asturum Durante el Alto Imperio**. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Historia. Departamento de Historia Antigua y Arqueología: Madrid, 2002. p. 15-47.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.